



Comissão de Educação e Ciência

23.fevereiro.2023 – 13H45

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Associação Bandeira Azul da Europa

Recebidos por: Deputada Rosa Venâncio (PS), que presidiu à reunião, José Pedro Ferreira (PS), Cláudia André (PSD) e Gabriel Mithá Ribeiro (CH)

Assunto: Apresentação das preocupações nas diferentes áreas de atuação da Associação, com enfoque especial na [Resolução da Assembleia da Republica n.º 158/2018](#), Recomenda ao Governo que realize uma avaliação de impacto do Programa Eco-Escolas.

Exposição: A Deputada Rosa Venâncio (PS), cumprimentou os representantes da Associação Bandeira Azul da Europa e lembrou a grelha de tempos da audiência e apresentou os Deputados presentes.

Os representantes da Associação Bandeira Azul da Europa (Associação) referiram o seguinte, em resumo:

- A Associação, constituída em 1990, é uma associação não governamental de utilidade pública na área do ambiente e da educação para o desenvolvimento sustentável, desenvolvendo as suas atividades através de diversos programas;
- O Programa Eco-Escolas é um programa internacional de cidadania, implementado em 74 países, que vai desde o pré-escolar ao ensino superior, abrangendo diversos projetos, e em Portugal em 25 anos de existência já se inscreveram 27.820 escolas; mais de 12.500.000 alunos diretamente envolvidos, mais de 250.000 professores e 4.808 municípios envolvidos;
- As preocupações que motivaram o pedido de audiência relacionam-se com as seguintes questões:

- Desde 1996 a Associação beneficia do destacamento de um docente (Dr.^a Margarida Gomes) através do protocolo celebrado entre o então Ministério do Ambiente e o Ministério da Educação, no entanto a renovação do destacamento é um processo complicado, incerto e por vezes tardio e este ano tiveram a desagradável surpresa de lhes ser retirado o destacamento deste docente, motivando, assim, o recurso da Associação que teve como efeito a reversão da decisão. Esta situação coloca uma incerteza muito grande no acompanhamento do Programa Eco-Escolas que é a única contrapartida do Estado pelo serviço que a Associação presta.

- A outra preocupação tem a ver com as visitas às escolas das direções regionais de educação, pois, de acordo com o Programa Eco-Escolas, estas devem ser visitadas a cada 3 anos, um aspeto muito importante em todo o processo pois é o momento de reconhecimento da dedicação da escola na implementação deste programa. As visitas têm ficado muito aquém do acordado com os parceiros, e esta preocupação já tinha sido manifestada numa reunião desta Comissão, em 2018, na sequência da qual a Assembleia da República aprovou a [Resolução da Assembleia da República n.º 158/2018](#) para recomendar ao Governo que fizesse um acompanhamento adequado e que medisse a avaliação do impacto deste Programa, de forma a haver um efetivo reconhecimento do esforço e empenho destas escolas.

- Desde a sua existência o Programa Eco-Escolas tem vindo a crescer, e este ano já conta com mais de 2000 escolas inscritas, verificando-se uma taxa de renovação muito elevada e com cerca de 32 % das escolas públicas abrangidas;
- Este ano inscreveram-se 60 instituições do ensino superior, das quais 56 foram galardoadas, e pela primeira vez atribuíram o galardão Eco-campus que distingue estas instituições, tendo uma estratégia ligada à Agenda 20/30;
- Referiram algumas das atividades realizadas e explicaram que devido à pandemia fizeram muitas sessões *online*, mas logo que foi possível regressaram ao terreno realizando diversos projetos, marcando presença nas escolas e participando em diversos eventos;

- Aludiram à avaliação interna, intermédia e final e à avaliação externa, feita a através das visitas às escolas e da análise da documentação, após as quais se reconhecem as escolas com melhor qualidade de trabalho;
- As visitas têm o grande objetivo de acompanhar e de reconhecer e são feitas por uma entidade externa, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), mas em algumas regiões existem escolas que não têm sido visitadas.

Intervieram depois os Deputados Rosa Venâncio (PS), Cláudia André (PSD) e Gabriel Mithá Ribeiro (CH) pronunciando-se sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os representantes da Associação Bandeira Azul da Europa referiram o seguinte:

- A componente da educação não formal na escola, integrada nos currículos académicos tem resultados muito positivos; além do mais o Programa Eco-Escolas é um método de trabalho dentro da escola e não está apenas centrado na educação não formal, existindo também nos currículos e várias disciplinas contribuem para este programa;
- O programa permite uma maior abertura à comunidade, às preocupações de inclusão e de acompanhamento de cada aluno;
- Tem havido menos disponibilidade para a implementação de projetos de educação não formal, e assim as escolas que «abraçam» o Programa Eco-Escolas ficam dependentes da dedicação e da disponibilidade dos professores e das direções, que fazem um esforço extra pelo empenho, dedicação e entusiasmo manifestado pelos alunos;
- Gostavam que os professores tivessem uma carga horária que lhes permitisse disponibilizar algum tempo a estes projetos e que o desporto escolar pudesse ser integrado nos currículos;
- Não consideram haver demasiados projetos, até porque não se pretende que cada escola implemente todos os projetos, cada escola em função das suas características escolhe aqueles que considera mais adequados;
- Aludiram a alguns projetos, nomeadamente às «Hortas Bio», projeto implementado em mais de 500 escolas e nas quais se cultivam produtos que depois são usados

na cantina escolar; os «Muros com Vida» que convida os alunos a pintarem os muros da escola, havendo todos os anos um tema diferente;

- Salientaram que uma Eco-Escola tem sempre o apoio da autarquia havendo assim uma corresponsabilização da autarquia em apoiar a escola em tudo aquilo que a escola quer promover dentro e fora dos seus muros;
- No ensino superior perto de 80.000 alunos participaram neste programa e registaram uma grande taxa de renovação das inscrições;
- No ano passado registaram-se 41.500 atividades realizadas pela rede de escolas;
- Informaram que a Dr.^a Margarida Gomes é a coordenadora pedagógica para todos os projetos das escolas, e distribuíram o relatório de atividades 2021/2022 pelos Senhores Deputados, elaborado pela coordenação que também enviam todos os anos à Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Por fim, reforçaram a mágoa sentida na sequência da não renovação do destacamento da docente, obrigando à apresentação de uma reclamação jurídica bem fundamentada para reverter a decisão.

A gravação da audição e a documentação entregue estão disponíveis na [página da audiência](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento neste relatório.

Palácio de São Bento, 23 de fevereiro de 2023

A assessora

Ana Montanha